



Número: **0600814-85.2022.6.00.0000**

Classe: **AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Superior Eleitoral**

Órgão julgador: **Corregedor-Geral Eleitoral Ministro Benedito Gonçalves**

Última distribuição : **19/08/2022**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Assuntos: **Cargo - Presidente da República, Cargo - Vice-Presidente da República, Abuso - De Poder Político/Autoridade, Abuso - Uso Indevido de Meio de Comunicação Social**

Segredo de Justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
<b>PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT) - NACIONAL (REPRESENTANTE)</b>	
	<b>ANA CAROLINE ALVES LEITAO (ADVOGADO) MARA DE FATIMA HOFANS (ADVOGADO) MARCOS RIBEIRO DE RIBEIRO (ADVOGADO) ALISSON EMMANUEL DE OLIVEIRA LUCENA (ADVOGADO) EZIKELLY SILVA BARROS (ADVOGADO) WALBER DE MOURA AGRA (ADVOGADO)</b>
<b>WALTER SOUZA BRAGA NETTO (REPRESENTADO)</b>	
	<b>ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO (ADVOGADO) MARINA FURLAN RIBEIRO BARBOSA NETTO (ADVOGADO) MARINA ALMEIDA MORAIS (ADVOGADO) EDUARDO AUGUSTO VIEIRA DE CARVALHO (ADVOGADO) TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (ADVOGADO)</b>
<b>JAIR MESSIAS BOLSONARO (REPRESENTADO)</b>	
	<b>ADEMAR APARECIDO DA COSTA FILHO (ADVOGADO) MARINA FURLAN RIBEIRO BARBOSA NETTO (ADVOGADO) MARINA ALMEIDA MORAIS (ADVOGADO) EDUARDO AUGUSTO VIEIRA DE CARVALHO (ADVOGADO) TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (ADVOGADO)</b>

Outros participantes	
<b>FABIO DE OLIVEIRA RIBEIRO (INTERESSADO)</b>	
	<b>FABIO DE OLIVEIRA RIBEIRO (ADVOGADO)</b>
<b>Procurador Geral Eleitoral (FISCAL DA LEI)</b>	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
158886323	31/03/2023 21:28	<a href="#">Oitiva_Major_Vitor_Hugo</a>	Documento de Comprovação



## OITIVA DE TESTEMUNA

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Major Victor Hugo, o Senhor foi arrolado como testemunha no processo que o Partido Democrático Trabalhista (PDT) – Nacional move em face do Jair Messias Bolsonaro e Walter Souza Braga Netto. É uma ação de investigação judicial eleitoral pra verificar sobre alguns fatos acerca de abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação e o Senhor foi arrolado pelos requeridos. O Senhor sabe da advertência formal que eu tenho que fazer ao Senhor no sentido de que o Senhor deve dizer a verdade, advertência prevista no Código de Processo Penal.

Major Victor Hugo, o Senhor acompanhou a gravação da *live*, que é uma entrevista da qual participaram o então Presidente Jair Messias Bolsonaro e o Deputado Filipe Barros?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Eu não sei, Excelência, que *live* o Senhor tá se referindo, porque eu participei de várias *lives* com o Presidente.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): É, na verdade, é a *live* da... que tratou dos documentos extraídos da... do inquérito administrativo, do inquérito policial sobre o voto impresso.

O DOUTOR TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (advogado): Presidente, esse assunto é da outra testemunha.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Ah, desculpe.

O DOUTOR TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (advogado): É... Esse é a *live* de 2021. Eram *lives* semanais...





---

TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA

AIJE 0600814-85

SEM REVISÃO DOS ORADORES

---

27 DE MARÇO DE 2023.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): É... de 4 de agosto de 2021.

O DOUTOR TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (advogado): Não, 12, 12 de agosto.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): 12 de agosto de 2021.

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): É, na *live* de 12 de agosto de 2021, eu estava presente, né, não apareci na *live*, mas tava no mesmo ambiente que o Presidente.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Foi uma *live* de entrevista também, é... tratada no programa *Pingos nos Is*? Essa *live*?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Eu... Eu não me recordo, mas todas as *lives* que o presidente fazia à época, ele ao término, ele... eu não sei se nessa em particular, não me recordo, é... ele abria pra que o pessoal dos *Pingos nos Is* pudesse fazer perguntas pra eles ou replicar perguntas de... de... da audiência, né. Nessa *live*, em particular, não me recordo se houve a participação do *Pingos nos Is*.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Nessa do dia 12, estava presente o Deputado Filipe Barros?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Do que eu me lembro, não. Acho que era uma *live* que o presidente tava falando sozinho.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): E o presidente tratou do que? O Senhor lembra?





O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): O presidente sempre tratava de... é... de diversos assuntos, né, do cotidiano, do dia a dia. Essa *live* particular, nós tínhamos... é... acho que havia poucas sessões da Câmara ou poucas semanas e era o objetivo... é... da direita, vamos dizer assim, do campo da direita no Brasil, a instituição do voto impresso.

Então havia tido uma votação na Câmara dos Deputados, é... o voto impresso já havia sido tentado é... ser aprovado no país em outras oportunidades, se não me engano por meio de projetos de lei e que depois foram, dentro do controle de constitucionalidade aí.. é... concentrado, né, foram invalidados, né, pelo Supremo Tribunal Federal.

E aí a tentativa da direita, nesse... nesse momento da história, né, ou da legislatura passada, era aprovar por meio de PEC. Então foi votado, a votação... é... a maioria dos deputados queria voto impresso, mas não se chegou ao quórum de 308 votos.

Então o contexto era mais ou menos esse, então tava se tratando sobre segurança, transparência, processo eleitoral e sobre a vontade do campo da direita de instituir o voto impresso, nos termos da PEC que a gente tinha tentado aprovar, mas não tinha sido possível.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Na ocasião que o Senhor estava na *live*, foi solicitada alguma ajuda ao Senhor pelo presidente... então presidente?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Eu não me recordo, mas...

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Acerca desse tema específico, que eu pergunto.





O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Não... eu não me recordo agora nesse momento. Em algumas *lives* que eu participei, ele, às vezes, fazia comentários, perguntava alguma coisa sobre a votação, um dado ou outro, né, objetivo sobre a votação, ah, quantos votos foram, quantos não foram... nessa em particular, eu não me lembro... o que eu me recordo aqui, acho que não houve participação minha, na *live*, de forma alguma. Acho que foi uma menção dele ao término... é... falando... acho que ele falou alguma coisa sobre a Academia Militar das Agulhas Negras, onde eu também sou formado, igual a ele, e acho que ele fez uma menção a isso, ao fato de sermos... algo nesse sentido, do trabalho que tava sendo realizado na Câmara também. Mas eu acho que em relação ao... ao voto impresso em si, não me lembro de ter havido alguma... alguma... algum recurso dele à minha pessoa.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Tá. Nessa *live* do dia 12, que o Senhor menciona, o Senhor lembra exatamente... é... o que o então presidente tratou? O que ele especificou?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Bom, no que diz respeito à questão do voto impresso, que eu acho que era o tema mais...

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Isso... isso... é o tema que nos interessa. Aham.

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Então... eu lembro que ele falou, que era o discurso que a direita também encampava, né, da necessidade de aperfeiçoar o sistema, de aprimorar o sistema, pra que houvesse mais segurança, mais transparência e pra que... é... o resultado da eleição fosse, no campo da legitimidade política, vamos dizer assim, né, no campo da percepção, inclusive, da população, né, quanto mais transparente, quanto mais seguro, e também porque é um processo eletrônico, que, por si só, né, por ser eletrônico, ele já pode suscitar uma série de... de dúvidas, né... Então assim, quanto mais transparente e seguro mais





legítimo perante a população. E eu... as falas do presidente eu compreendia nesse sentido.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): O Senhor teve acesso ao inquérito da Polícia Federal que em tese tratava da invasão da rede do Tribunal Superior Eleitoral?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): É... Excelência, lembro que quando esse inquérito foi distribuído, assim, nas redes sociais, ele correu pelas redes sociais inteira e eu recebi, não lembro se pelo WhatsApp ou baixei de alguma publicação no Twitter, não lembro. Mas eu, sim, tive acesso àquilo que tava correndo das redes sociais livremente, não tive um acesso vindo diretamente de uma pessoa ou de outra.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Tá. O Senhor recebeu pelas redes sociais e nem lembra em que grupo ou por que pessoa...?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Não me lembro. Eu acho que tava em todas as... muitas publicações nas redes sociais continham *link*, se não me engano a própria imprensa chegou... uma parte da imprensa chegou a divulgar também, né, e o que eu sei... é... disso, né, do que eu li na imprensa ou do que vi de manifestações no... no plenário da Câmara ou nas comissões é que o Filipe Barros ele era o... o Deputado Filipe Barros era o relator da... da... do voto impresso e fez uma solicitação formal, havia feito uma solicitação formal pro... é... delegado da Polícia Federal encarregado do inquérito e ele disponibilizou e a partir daí acho que meio que viralizou entre todos que... é... tinham algum interesse na discussão dessa pauta.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Ok. Tá. Major, muito obrigado. O Senhor vai responder às perguntas das partes agora, tá bom? Muito obrigado. Pelos requeridos.





O DOUTOR TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (advogado):  
Muito boa tarde, presidente, Doutora Roberta, Doutora Ezikelly, nobre Professor Edson Rezende, é... saudação à nossa testemunha, Major Vitor Hugo. Major, Vossa Excelência foi indicado pela defesa especificamente pra tratar de quatro aspectos atinentes a essa *live* do ano de 2021, precisamente do dia 12 de agosto daquele ano.

É... os quatros pontos... é... de importância do seu depoimento como única testemunha presente àquele evento são, basicamente, o contexto em que esse evento ocorreu, o sentido, a motivação e o desenvolvimento mecânico dos atos havidos ali naquele intervalo de tempo.

Vossa Excelência já esclareceu as perguntas do Doutor Marco Antônio, alguns aspectos... é... parciais desses quatro motes e nós faremos aqui, por parte da defesa, algumas perguntas apenas pra um esclarecimento adicional e mais completo.

Então o Senhor disse que estava presente, ainda que não numa situação de protagonismo maior naquele evento do dia 12 de agosto. O Senhor estava numa posição de que tipo? Estava fora ali da mesa? Estava numa espécie de auditório? Qual era a justificativa pra Vossa Excelência estar presente naquele evento?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Bom, eu era... eu fui o líder do Governo Bolsonaro, né, durante 1 ano e 7 meses e tinha uma relação, tenho uma relação... é... política próxima do presidente, mesmo campo, né... fui escolhido por ele para ser o representante dele dentro da Câmara dos Deputados e mantive essa relação mesmo depois de ter saído, em agosto de 2020, setembro, não sei, acho que foi julho, agosto, quando eu saí da liderança do governo, ainda assim mantive. E eu ia as *lives* às vezes para sentir, na expectativa também, lógico, de se o presidente sentisse à vontade, se tivesse algum assunto que ele quisesse tratar, ele poderia me convidar para aparecer, e claro que politicamente para mim era importante





aparecer ao lado do presidente, importante para o meu estado, importante tratar de algum assunto que fosse de interesse da Câmara. Então estava na situação de audiência, na expectativa de ser citado ou chamado.

O SENHOR TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (advogado):  
Perfeito. Major, uma segunda questão: seria exagero eu dizer que esse era um hábito do presidente de fazer uma espécie de *live* semanal, tratando de assuntos pujantes da pauta política? Em outras palavras, essa *live* em evidência destoava de outras *lives* que eram realizadas com uma frequência natural pelo presidente da República?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Bom, era assim normal, era natural, na verdade, quando não acontecia *live* do presidente nas quintas-feiras era um fato que seria anômalo, vamos dizer assim, era natural que ele sempre fizesse e sempre comentava os assuntos mais importantes ou dos feitos do governo ou da atuação política ou da coordenação, ele como líder da direita no Brasil, coordenando os esforços políticos para aprovação ou rejeição de determinada matéria no parlamento.

Então, era normal, as *lives* eram normais, e a abordagem de comentários do presidente a respeito dos assuntos nacionais. E claro a argumentação dele em torno dessa defesa para sensibilizar a população brasileira, ou a parte da população que o apoiava, e também os parlamentares da sua base para que nós pudessemos fazer as defesas e às vezes a conquista de votos na direção que o presidente achava mais conveniente.

O SENHOR TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (advogado):  
Perfeito. Considerando que essa *live* foi de 2021, muito antes do período eleitoral, e eu confessadamente não a conhecia naquele momento histórico, eu fui assisti-la já que está encartada aos autos e eu vi dois assuntos sendo tratados: um assunto relativo à Covid, que está fora aqui da nossa linha de interesse; e um assunto relativo à impressão do voto. O Senhor se recorda que, naquela semana, ou um pouco antes,





tinha havido uma declaração do Ministro Luís Roberto Barroso num sentido diametralmente contrário a essa proposta legislativa de criação do voto impresso, e que talvez por isso houvesse um interesse político importante do presidente em estabelecer algum nível de debate sobre esse assunto que deveras era um assunto que enquanto deputado lhe angariava um interesse maior? Não sei se ficou prolixa a pergunta. É saber se essa *live*, pelo que entendi, não destoava de outras *lives*, ela tinha como mote uma espécie de debate público entre o Ministro Luís Roberto Barroso e a ala política que defende o voto impresso, que era sim uma bandeira do Presidente Bolsonaro muito antes até de ser presidente. O Senhor tem essa lembrança? Pode nos trazer alguma informação sobre esse aspecto, por favor?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Eu não me lembro exatamente do momento da manifestação do Ministro Barroso, mas eu me lembro que havia esse debate público em que autoridades da República se manifestavam contra ou a favor e era natural que acontecesse, porque, em um primeiro momento, houve até uma comissão especial para apreciar, para permitir o processo legislativo, regulada da tramitação da PEC. Primeiro passou na CCJ, e depois na comissão especial e depois a votação em plenário. E tudo isso sempre sendo muito noticiado, as autoridades se manifestando. E era realmente um debate público normal, inclusive é a democracia. É natural que houvesse opiniões contra ou a favor.

O SENHOR TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (advogado): Perfeito. O Senhor percebeu – e aqui é impressão testemunhal – algum artifício, vernacular que seja, do Presidente Bolsonaro no sentido de questionar diretamente a urna eletrônica ou mais especificamente de promover algum ataque objetificado à Justiça Eleitoral naquele momento, ou eu posso, como o Senhor já antecipou em parte, perceber naquela *live*, apenas um debate público em desenvolvimento sobre um tema caro a essa democracia brasileira e a outras tantas democracias do mundo?





O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Eu não percebi nenhum tipo de ataque pessoal ou ataque ao sistema eleitoral em si, ou à Justiça Eleitoral em si. Agora, as críticas aos procedimentos ou as críticas ao que a direita à época via como uma falta de segurança ou talvez, não sei se a falta talvez não fosse a expressão mais correta, mas as possibilidades de melhoria no sistema.

(INTERRUPÇÃO NO ÁUDIO).

Não sei se voltou a minha voz?

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Voltou.

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Eu estava falando sobre o contexto. Eu me perdi na minha fala, na verdade.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): O Senhor não viu nenhum ataque, é isso? Ao sistema eleitoral?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): É exatamente. Eu não interpretei as falas do presidente como ataques. Eram críticas, era uma preocupação que ele como chefe de Estado, como presidente da República, verbalizava inclusive o que era sentido nas ruas em relação à preocupação de que aqueles que fossem mais votados efetivamente fossem eleitos e tivessem a chancela da população para exercício dos mandatos posteriores.

Própria... lembro... na comissão especial e depois nas discussões que tinham na Câmara, sempre aflorava aquela decisão da Alemanha, da Corte Suprema Alemã que invalidou o voto, na verdade, o voto pelo processo eletrônico por causa justamente disso, do problema de que o cidadão alemão médio não compreendia como alguém poderia apertar um botão e o voto ser computado a quilômetros de distância.





Então, esse *gap* talvez de legitimidade que hoje... e transparência que é incito ao processo eletrônico, poderia ser suplantado pela adoção do voto impresso. E era o que a direita defendia e era o que o Presidente Bolsonaro, como líder maior da direita, encampavam. Então, o contexto da *live* e as falas, o presidente tem uma forma particular de falar, mas nenhum momento eu senti que fosse um ataque pessoal ou muito menos um ataque à Justiça Eleitoral em si.

O SENHOR TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (advogado):  
Senhor Presidente, estou satisfeito.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Só vou fazer um complemento à sua pergunta. Nesse sentido de ataque, Major, o Senhor se recorda do então presidente ter responsabilizado o Ministro Barroso por não ter passado essa aprovação da PEC?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Excelência, não me lembro da responsabilização direta, não. Assim, de dizer que a culpa foi dele, né, de não ter passado, se for nesse sentido que o Senhor está perguntando, não lembro do presidente ter falado isso.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Não, não. O que eu pergunto é se o então presidente chegou a responsabilizar o Ministro Barroso por não ter passado a aprovação dessa PEC? O Senhor se recorda?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Não me recordo.

O SENHOR TARCISIO VIEIRA DE CARVALHO NETO (advogado):  
Estou satisfeito, presidente.

A DOUTORA EZIKELLY SILVA BARROS (advogada do PDT): Boa tarde a todas e todos. Ezikelly Barros pelo Partido Democrático Trabalhista. Excelência, não desejo fazer perguntas, mas o Doutor Walber Agra.





O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Doutor Walber está com a palavra.

O DOUTOR WALBER DE MOURA AGRA (advogado do PDT): Boa tarde a todos e todas. Gostaria de cumprimentar o Doutor Marcos, Doutora Roberta – a secretária que muito gentilmente sempre me cede folhas quando estou aí – os advogados da banca, Tarcisio, Eduardo, Zé Henrique, Admar. Prazer imenso estar aqui com vocês. Obviamente, quero cumprimentar o Doutor Edson Rezende e obviamente a testemunha, Major Vitor Hugo.

Major, a minha pergunta é no seguinte sentido: Vossa Senhoria falou que houve um debate normal da democracia a respeito do voto impresso. Mas quando a gente conjuga o ataque sistemático às instituições democráticas em vários posicionamentos do presidente da República, quando a gente conjuga o ataque, inclusive pessoal, a ministros do Supremo e do TSE, com a estrutura total, não uma única música, mas a soma da carreira musical de forma metafórica, não seria um nítido acinte à democracia?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Não, eu não vejo assim. Discordo da conclusão dos fatos que o Senhor narrou aí. É, acho que debater a instituição do voto impresso, o Parlamento fez isso legitimamente, dentro dos marcos regimentais, constitucionais. Faz parte também da democracia, inclusive essa pauta já havia sido defendida pelo Presidente Bolsonaro quando ele era deputado em outros momentos. E a direita, da legislatura passada, quando nós tomamos posse, essa passou a ser também uma pauta importante, que foi defendida durante todo o mandato. E teve a sua, vamos dizer, o seu ápice com a votação no plenário, e que houve maioria, a maioria do parlamento, a maioria simples do parlamento naquele momento da Câmara dos Deputados encampou a tese. Que houve uma vitória em relação àqueles que não queriam voto impresso, mas não foi suficiente para aprovar,





porque era uma votação de PEC. Se fosse um projeto de lei novamente, teria sido aprovado.

Então, é um debate, na minha visão, do que eu percebi, dentro dos parâmetros da normalidade. Procurar implantar o voto impresso era uma luta do campo da direita.

O DOUTOR WALBER DE MOURA AGRA (advogado do PDT):  
Perfeito. Mas uma pergunta minha vai se ligar a essa segunda. Perfeito que é um debate do campo da direita, perfeito que faz parte das regras do jogo o questionamento das instituições, mas quando eu falo sem provas que as urnas eram falhas, que houve ataque de *hackers*, que havia corrupção – inclusive com o consentimento do TSE –, quando eu apoio a quartelada que houve da população nos quartéis, esse questionamento não sai das quatro linhas do campo e vai desembocar numa tentativa contra as instituições estabelecidas?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Nenhum momento eu percebi na fala do presidente um ataque às instituições democráticas. Eu sempre percebia no presidente, e ele, lógico como políticos que chegam nos cargos mais relevantes, tem uma maneira própria e peculiar de se referir, de falar, de conquistar o apoio da população ou da parte da população que lhe apoia, de manter esse apoio, mas em nenhum momento eu vi, eu senti no presidente a intenção de atacar as instituições.

Agora, para que haja o aperfeiçoamento das instituições, para que haja o aperfeiçoamento dos processos, seja no campo eleitoral ou em qualquer outro campo, as discussões têm que ser francas, têm que ser abertas, e como são no Parlamento e como, na minha visão, foram inclusive nessa *live*, que é pública, mas eu tive a possibilidade de estar presente assistindo.





Então, não vislumbrei na fala do Presidente Bolsonaro nenhum ataque, somente a defesa veemente de algo que ele acreditava, que muitos brasileiros acreditavam, que a maioria do Parlamento, da Câmara dos Deputados acreditava, da necessidade da instituição do voto impresso.

O DOUTOR WALBER DE MOURA AGRA (advogado do PDT): Muito agradecido, Excelência. Muito agradecido, Major Vitor Hugo.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Doutor Edson pelo Ministério Público Eleitoral.

O Senhor está sem som. O Senhor estava de fone de ouvido com microfone, será que é isso?

Ainda não conseguimos ouvi-lo. Não chega aqui.

Se o Senhor nos ouve, o Senhor poderia sair da sala e entrar novamente para ver se isso pode corrigir?

O Senhor pode gesticular se nos ouve? Manda uma mensagem, por gentileza. Mandou.

O DOUTOR EDSON DE RESENDE CASTRO (membro auxiliar do Ministério Público Eleitoral): Me ouve agora?

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Agora sim, perfeito.

O DOUTOR EDSON DE RESENDE CASTRO (membro auxiliar do Ministério Público Eleitoral): Muito obrigado, Doutor Marco. Desculpa pelo transtorno.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Imagina. Pela Procuradoria Eleitoral o Senhor tem alguma pergunta?

O DOUTOR EDSON DE RESENDE CASTRO (membro auxiliar do Ministério Público Eleitoral): Sim.





O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Pois não.

O DOUTOR EDSON DE RESENDE CASTRO (membro auxiliar do Ministério Público Eleitoral): Gostaria de saber do Major, Excelência, dentro dessa ideia por ele afirmada de que o presidente com a pauta do voto impresso queria aperfeiçoar o sistema, dar ao sistema maior transparência, pergunto se o presidente tinha uma proposta clara sobre a operacionalização, sobre a regulamentação do voto impresso, já que falar em voto impresso é algo bastante genérico, né. Mas como esse voto impresso seria operacionalizado, como ele seria feito ali para acontecer no dia a dia das eleições?

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Major. Pois não.

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): O presidente em diversas oportunidades, em diversas *lives*, não me recordo se nessa em particular, mas eu tenho certeza que em várias *lives* ele falou sobre o procedimento que era defendido por nós no parlamento, inclusive nos debates, na imprensa, que era a mesma urna eletrônica que é utilizada agora, só que com uma impressora ao lado.

A pessoa iria realizar, digitar o seu voto, iria apertar o confirma. Nesse momento seria impresso o voto. Ela não teria contato com o papel impresso, protegido por um aquário, não sei, como uma proteção de vidro, de acrílico, mas ela poderia conferir se o que ela votou efetivamente, se a tela batia com o papel impresso. Um nova... apertar um outro botão, cortaria o papel, ele cairia dentro de uma urna física. E havendo questionamentos ou dúvidas sobre o resultado entre aquilo que foi, que teria sido digitado e aquilo que está depois na zerésima, na zerésima não, no relatório de votos, poderia se abrir então a urna física e fazer a conferência para ver se houve algum problema entre a digitação e efetivamente o que foi impresso.





Então, isso que era defendido. E eu me recordo do Presidente Bolsonaro defender isso inúmeras vezes, em momentos diferentes.

O DOUTOR EDSON DE RESENDE CASTRO (membro auxiliar do Ministério Público Eleitoral): Problemas do tipo com a impressora ali no momento do voto, né, de a impressão embolar e o voto efetivamente não sair ali daquela, da impressora e cair na urna. Coisas que nós já tivemos no passado. Isso chegou a ser conversado? Ele tinha uma ideia formada sobre como resolver essa questão sem ferir o sigilo do voto do eleitor?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Não sei se sobre essa questão específica, né, uma possível pane na impressora, eu não me recordo do presidente ter abordado. E eu não me recordo dessa discussão também ter chegado nesse nível de detalhamento quando da votação da proposta do voto impresso, mas era uma questão semelhante se houvesse uma pane na urna, por exemplo, quando, mesmo sem impressora, quando do voto digital. Se houvesse uma pessoa digitando um número e aparecesse um outro candidato. Talvez alguém do TRE teria de ser acionado para tentar resolver. Então, nesse momento, mesmo sem impressora, talvez o sigilo do voto ficasse comprometido nesse momento.

Então, mas não me lembro se essa discussão em si, essa específica, foi abordada pelo presidente em algum momento, e não me recordo dessa discussão ter sido também tomada quando da tramitação da PEC na Câmara.

O DOUTOR EDSON DE RESENDE CASTRO (membro auxiliar do Ministério Público Eleitoral): Sim, Major, outra coisa. Com relação a esta recontagem dos votos, né. A contagem dos votos em papel, no caso de haver alguma dúvida. Havia alguma ideia de quais situações de dúvidas poderiam levar a essa contagem dos votos em papel para conferir com o voto, com o resultado eletrônico?





O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Então. Quando a gente fez a discussão na Câmara do Deputados, como era num nível de proposta a emenda constitucional, era um nível muito mais, vamos dizer assim, mais abstrato. Não chegava a ser um nível operacional, talvez de uma resolução do TSE ou de uma lei, né, ou de um, não sei, de algo que pudesse ... no nível de detalhe que o Senhor está se referindo.

Quando a gente estava na discussão da PEC, a gente estava falando dos parâmetros constitucionais, então a gente não mergulhava tanto. Por isso que eu não me lembro assim de quais seriam os parâmetros ou os critérios para se possibilitar um questionamento. Mas eu acho que isso na regulamentação posterior deveria ser abordado.

E essa ideia também de que somente seria verificada ou aberta a urna física se houvesse a suspeita, essa era uma ideia que eu tinha na minha cabeça como algo que a direita, ou parte da direita defendia, para não se tornar algo inviável. Tinha que contar todos os votos. Imagina contar 140 milhões de votos de todas as urnas.

Então, a possibilidade de se estabelecerem critérios pra aí sim possibilitar que o Judiciário deferisse a contagem de determinada urna em particular, ou critérios estatísticos. Vamos fazer estatisticamente de tantas urnas, era algo que seria discutido quando da regulamentação.

O DOUTOR EDSON DE RESENDE CASTRO (membro auxiliar do Ministério Público Eleitoral): O ex-presidente tinha essa ideia, falava alguma coisa a respeito disso, de como seria isso? Também não?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Não me lembro se o presidente chegou a verbalizar algo nesse sentido. Não tenho ciência se ele tinha uma ideia clara se era para recontar todos. Tipo assim, vamos ter uma... e aí faço a contagem de todos. Que também, a depender da quantidade de votos de uma





determinada urna, poderia não ser tão trabalhoso, não sei. Mas não lembro se ele tinha uma ideia clara se todos seriam contados, se só um percentual estatístico a ser definido, né, um percentual para poder, a partir dali, se assegurar estatisticamente que o resultado está correto, ou se ele também tinha na cabeça dele algumas hipóteses, né, que poderiam ensejar um pedido e o Judiciário deferir a contagem.

O DOUTOR EDSON DE RESENDE CASTRO (membro do Ministério Público Eleitoral): Por último, Major. Ele tinha ideia ou comentava a respeito de como que seria uma contagem dos votos em papel, que chegassem a um resultado diferente do resultado eletrônico? Qual que seria a opção entre o resultado eletrônico e uma contagem manual, qual dos dois prevaleceria? Se tinha uma ideia, se conversavam a respeito de qual opção que seria adotada nesse caso de divergência?

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Eu não sei qual a ideia do presidente. Eu posso dizer assim que a impressão geral que eu tinha, a partir das discussões na Câmara, era que deveria prevalecer a contagem manual. Diante do fato de que ela pode ser feita e refeita várias vezes e se chegar a um número preciso. O voto estaria sendo impresso para isso, inclusive, para que... mas eu não sei se essa era a ideia do presidente. Posso dizer que a nossa visão geral era que a existência do voto impresso era para ela ser a última palavra.

O DOUTOR EDSON DE RESENDE CASTRO (membro auxiliar do Ministério Público Eleitoral): Perfeito. Muito obrigado, Major. Muito obrigado Doutor Marco.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Obrigado, Doutor Edson.

Major Vitor Hugo, agradeço a sua colaboração, a sua presença. O Senhor está dispensado. Muito obrigado, viu.

O SENHOR MAJOR VITOR HUGO (testemunha): Obrigado.





Secretaria Judiciária  
Coordenadoria de Acórdãos e Resoluções  
Seção de Produção de Notas Orais

---

TRANSCRIÇÃO DE AUDIÊNCIA

AIJE 0600814-85

SEM REVISÃO DOS ORADORES

---

27 DE MARÇO DE 2023.

O SENHOR JUIZ MARCO ANTÔNIO MARTIM VARGAS (juiz instrutor): Boa tarde. Até logo.

